

EDUCAÇÃO, ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

EDUCATION, SCHOOLING, AND HUMAN DEVELOPMENT: REFLECTIONS ON
THE CHALLENGES OF CONTEMPORARY PUBLIC EDUCATION

EDUCACIÓN, ESCOLARIZACIÓN Y FORMACIÓN HUMANA: REFLEXIONES
SOBRE LOS DESAFÍOS DE LA ESCUELA PÚBLICA CONTEMPORÁNEA

Edson Moura da Silva¹, Antonio Carlos da Silva²

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6005

Recibido: 01/07/2026 | Aceptado: 02/07/2026 | Publicación en línea: 16/07/2026.

RESUMO

Este estudo discute as relações entre educação, escolarização e profissionalização no contexto da sociedade contemporânea, problematizando a distância entre as promessas historicamente atribuídas à escola e as condições concretas observadas no cotidiano escolar. O objetivo consiste em refletir sobre aspectos da escolarização pública brasileira a partir de observações realizadas em escolas dos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Sabará, Minas Gerais, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e em reflexões decorrentes da experiência profissional do autor, mobilizando contribuições da Filosofia e da Sociologia da Educação. Os resultados apontam para tensões entre a universalização do acesso à escola, as expectativas de mobilidade social associadas à escolarização e os desafios enfrentados pelas instituições educacionais na contemporaneidade. Conclui-se que a ampliação do acesso à educação, embora represente uma importante conquista social, não garante, isoladamente, processos efetivos de formação humana, inclusão social e inserção qualificada no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Educação. Escolarização. Formação Humana. Mundo do Trabalho. Escola Pública.

ABSTRACT

This study examines the relationships among education, schooling, and professional preparation within the context of contemporary society, questioning the gap between the promises historically attributed to schools and the concrete conditions observed in everyday school life. The objective is to reflect on key aspects of Brazilian public schooling based on observations conducted in public schools located in the municipalities of Belo Horizonte, Contagem, and Sabará, in the state

¹ Pós-Doutorando em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Centro Universitário FAMINAS BH, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: edsonms@uai.com.br

² Especialista em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET - MG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: antoniocarlosdasilva.silva@yahoo.com.br

of Minas Gerais, following the enactment of the 1988 Federal Constitution and the National Education Guidelines and Framework Law (Law No. 9,394/1996). This is a qualitative theoretical-reflective essay grounded in a bibliographic review and in reflections derived from the author's professional experience, drawing on contributions from the Philosophy and Sociology of Education. The findings highlight tensions between the universalization of access to schooling, the expectations of social mobility associated with education, and the challenges faced by educational institutions in contemporary society. It is concluded that expanding access to education, although representing a significant social achievement, is not sufficient in itself to ensure effective processes of human development, social inclusion, and meaningful participation in the world of work.

Keywords: Education. Schooling. Human Development. World of Work. Public Education.

RESUMEN

Este estudio analiza las relaciones entre la educación, la escolarización y la formación para el trabajo en el contexto de la sociedad contemporánea, problematizando la distancia entre las promesas históricamente atribuidas a la escuela y las condiciones concretas observadas en la vida escolar cotidiana. El objetivo consiste en reflexionar sobre aspectos de la escolarización pública brasileña a partir de observaciones realizadas en escuelas públicas de los municipios de Belo Horizonte, Contagem y Sabará, en el estado de Minas Gerais, tras la promulgación de la Constitución Federal de 1988 y de la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (Ley n.º 9.394/1996). Se trata de un ensayo teórico-reflexivo de enfoque cualitativo, fundamentado en una revisión bibliográfica y en reflexiones derivadas de la experiencia profesional del autor, incorporando aportes de la Filosofía y de la Sociología de la Educación. Los resultados evidencian tensiones entre la universalización del acceso a la escuela, las expectativas de movilidad social asociadas a la escolarización y los desafíos que enfrentan las instituciones educativas en la actualidad. Se concluye que la ampliación del acceso a la educación, aunque representa un importante logro social, no garantiza por sí sola procesos efectivos de formación humana, inclusión social e inserción cualificada en el mundo del trabajo.

Palabras clave: Educación. Escolarización. Formación Humana. Mundo del Trabajo. Escuela Pública.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A escolarização ocupa posição central nas sociedades contemporâneas. Ao longo do século XX, a ampliação do acesso à educação formal passou a ser associada à democratização das oportunidades, à formação cidadã e à preparação para o mundo do trabalho. Em diferentes contextos nacionais, consolidou-se a expectativa de que a permanência na escola possibilitaria

melhores condições de vida, ampliação da participação social e maior inserção profissional.

No Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), observou-se significativa expansão do acesso à educação básica. A universalização do ensino tornou-se um dos principais objetivos das políticas educacionais, contribuindo para a inclusão de grupos historicamente afastados dos processos formais de escolarização.

Entretanto, a ampliação do acesso à escola não eliminou os desafios relacionados à qualidade da educação, à permanência dos estudantes e à efetividade dos processos de aprendizagem. As transformações sociais, culturais, tecnológicas e econômicas ocorridas nas últimas décadas têm produzido novas demandas para as instituições educativas, ao mesmo tempo em que evidenciam tensões entre as expectativas socialmente atribuídas à escolarização e as condições concretas observadas no cotidiano escolar.

Diversos autores têm problematizado essas questões sob diferentes perspectivas. As reflexões de Weber (2004), Arendt (2010), Bourdieu (2004), Foucault (2010), Dubet (2008), Saviani (2013), Arroyo (2014) e Charlot (2000), entre outros, permitem compreender que a educação escolar envolve simultaneamente processos de formação humana, socialização, produção de saberes e preparação para a vida em sociedade. Nesse sentido, a escola constitui um espaço atravessado por disputas, expectativas e contradições que refletem transformações mais amplas da sociedade contemporânea.

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre aspectos da escolarização pública brasileira a partir de observações realizadas em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, articulando experiências profissionais e referenciais teóricos da Filosofia e da Sociologia da Educação. Busca-se discutir os desafios enfrentados pelas instituições escolares contemporâneas, problematizando as relações entre educação, escolarização e profissionalização, bem como as tensões existentes entre os ideais historicamente atribuídos à escola e as condições concretas de sua realização.

Trata-se de um ensaio teórico-reflexivo que não pretende generalizar suas conclusões para a totalidade das escolas públicas brasileiras. Seu propósito consiste em contribuir para o debate acerca dos desafios contemporâneos da escolarização e de suas implicações para a formação humana, a inclusão social e a participação cidadã.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como um ensaio teórico-reflexivo de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e em relatos de experiências profissionais vivenciadas em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, (Vergara, 2014).

O ensaio constitui uma modalidade de produção científica que possibilita a problematização crítica de fenômenos sociais e educacionais por meio da interlocução entre referenciais teóricos e experiências concretas, sem a pretensão de generalização dos resultados. Nessa perspectiva, o texto busca promover reflexões acerca das relações entre educação, escolarização e profissionalização na contemporaneidade, discutindo os limites e as contradições observados no cotidiano escolar (Brasileiro, 2013; Medeiros, 2004).

A construção das reflexões apresentadas fundamentou-se em experiências acumuladas ao longo da atuação profissional do autor em instituições públicas de ensino da educação básica, especialmente nos níveis de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. As situações descritas não foram registradas por meio de protocolos sistemáticos de observação, entrevistas ou instrumentos padronizados de coleta de dados, constituindo-se como narrativas reflexivas elaboradas a partir da experiência profissional e da observação participante do cotidiano escolar.

Paralelamente, realizou-se pesquisa bibliográfica com o objetivo de subsidiar teoricamente as análises desenvolvidas. Foram mobilizadas contribuições de autores clássicos da Filosofia e da Sociologia da Educação, entre os quais Francis Bacon, Max Weber, Friedrich Nietzsche, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Émile Durkheim e Michel Foucault. Esses referenciais possibilitaram problematizar aspectos relacionados à constituição histórica da escolarização moderna, às relações entre saber e poder, aos processos de socialização, à formação humana e às expectativas sociais associadas à educação formal.

A análise desenvolvida adotou uma perspectiva interpretativa, buscando estabelecer aproximações entre os referenciais teóricos selecionados e as situações observadas no contexto escolar. Dessa forma, as reflexões apresentadas não devem ser compreendidas como representativas da totalidade das escolas públicas brasileiras, mas como elementos capazes de suscitar debates acerca dos desafios contemporâneos enfrentados pela escolarização pública no contexto das transformações sociais, culturais, tecnológicas e econômicas da sociedade contemporânea.

Por se tratar de um ensaio teórico-reflexivo fundamentado em experiências profissionais

e em literatura especializada, sem realização de entrevistas, aplicação de questionários ou identificação de participantes, o estudo não envolveu exposição de dados pessoais ou informações que permitissem a identificação de indivíduos ou instituições específicas.

A MASSIFICAÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO

Nietzsche (1844-1900) critica as instituições de ensino oficial da Alemanha de sua época, século XIX. Em *Humano, Demasiado Humano* (2001) ele alega que a massificação da escolarização mediocrizou o povo alemão pelo ideal educacional que empobreceu as capacidades críticas dos sujeitos. Embora formuladas em um contexto histórico distinto, as críticas de Nietzsche à educação massificada oferecem um ponto de partida relevante para refletir sobre os desafios que acompanham a expansão contemporânea da escolarização.

Ao analisar o filósofo alemão Schopenhauer (1788-1860), Nietzsche (2008b, p. 19) afirma que "teus educadores nada podem fazer por ti, a não ser tornar-se teus libertadores". Nietzsche (2008b, p. 9 e 10) passa a apresentar o sujeito que deve guiar os destinos futuros da humanidade; contrapondo "o homem de Rousseau rebelde e subversivo, ao homem desapegado e contemplativo de Goethe e o homem ativo e idealista de Schopenhauer".

Nietzsche atribui ao homem schopenhaueriano uma posição de destaque por sua consciência crítica e por sua disposição para superar as circunstâncias impostas, conferindo sentido e direção à própria existência (Nietzsche, 2008b).

A idealização de uma universalização do ingresso dos sujeitos nas escolas se concretiza no século XX em grande parte do mundo ocidental. Diversos autores têm argumentado que a expansão da escolarização moderna esteve associada tanto a projetos de democratização quanto às demandas de formação de mão de obra para a sociedade industrial.

Nessa perspectiva, Saviani (2013) argumenta que a escola possui a função social de possibilitar às novas gerações o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Para o autor, a educação escolar constitui um processo intencional de socialização do saber sistematizado, permitindo que os indivíduos transcendam os limites de suas experiências imediatas e ampliem sua compreensão da realidade social. Dessa forma, a universalização da escolarização representa não apenas uma política de acesso, mas também uma condição fundamental para a formação humana e para a participação crítica na vida social.

Esse processo tem produzido desafios relevantes para as instituições escolares, uma vez

que muitos estudantes passam a perceber um distanciamento entre as expectativas socialmente construídas em torno da escolarização e as oportunidades efetivamente disponíveis em seus contextos sociais.

A Escolarização no Plano Ideal e no Plano Real

A universalização da escolarização constitui um dos principais objetivos das políticas educacionais modernas. No Brasil, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), consolidou-se o entendimento de que a educação básica deveria ser assegurada como direito de todos e dever do Estado.

Sob essa perspectiva, a ampliação do acesso à escola passou a ser compreendida como instrumento de democratização social, formação cidadã e promoção da igualdade de oportunidades. Entretanto, a concretização desses objetivos encontra limites decorrentes de fatores sociais, econômicos, culturais e institucionais que influenciam diretamente o cotidiano escolar.

Dessa forma, torna-se pertinente analisar a escolarização não apenas em seu plano normativo e idealizado, expresso nas políticas públicas e nos marcos legais, mas também em sua dimensão concreta, observada nas práticas e desafios enfrentados pelas instituições escolares. É a partir dessa distinção entre o plano ideal e o plano real que se desenvolvem as reflexões apresentadas nas seções seguintes.

A Escola no Plano Real

A universalização do acesso à escola constitui uma das mais importantes conquistas das políticas educacionais contemporâneas. Entretanto, a ampliação das matrículas não garante, por si só, o engajamento dos estudantes nos processos de aprendizagem nem a efetivação dos objetivos educacionais propostos pelas instituições escolares. Nesse sentido, torna-se necessário refletir sobre os fatores que influenciam a relação dos sujeitos com o conhecimento e com a experiência escolar.

A questão da vontade ocupa posição central na filosofia de Schopenhauer, sendo compreendida como elemento constitutivo da ação humana. Embora a aprendizagem escolar

envolva múltiplos condicionantes sociais, culturais e institucionais, o envolvimento dos estudantes com as atividades educativas também está relacionado aos significados atribuídos à escolarização e aos conhecimentos trabalhados pela escola.

A experiência profissional desenvolvida em turmas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio possibilitou observar situações que evidenciam desafios recorrentes para os processos de ensino e aprendizagem. Entre esses desafios destacam-se as dificuldades relacionadas ao engajamento discente, à convivência escolar e à construção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

As contribuições de Durkheim (1972) permitem compreender que a educação ultrapassa os limites da instrução formal, envolvendo também processos de socialização por meio dos quais os indivíduos aprendem normas, valores e formas de convivência coletiva. Nesse sentido, família, escola e sociedade compartilham responsabilidades na formação das novas gerações e na construção de referenciais éticos necessários à vida em comunidade.

As transformações sociais, culturais e familiares observadas nas últimas décadas têm produzido novos desafios para as instituições educativas. Mudanças nas formas de socialização, nos processos de construção das identidades e nas dinâmicas de convivência social repercutem diretamente sobre o cotidiano escolar, exigindo da escola estratégias cada vez mais complexas para lidar com a diversidade de trajetórias, experiências e expectativas presentes entre os estudantes.

Nesse contexto, observa-se a coexistência de diferentes níveis de envolvimento com as atividades escolares. Enquanto alguns estudantes demonstram elevado interesse pelas práticas educativas e buscam participar ativamente dos processos de aprendizagem, outros apresentam dificuldades de engajamento, o que pode gerar tensões que afetam a dinâmica pedagógica das turmas. Em determinadas situações, comportamentos disruptivos acabam comprometendo a atenção coletiva e reduzindo as oportunidades de aprendizagem dos demais estudantes.

Também se observa que a permanência física na escola não implica, necessariamente, participação efetiva nas atividades pedagógicas. A frequência escolar, embora seja condição importante para a aprendizagem, não assegura, por si só, o envolvimento dos estudantes com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Em alguns contextos, espaços de circulação, convivência e socialização podem exercer maior atração sobre determinados estudantes do que as atividades propostas no ambiente escolar formal.

Outro aspecto recorrente refere-se ao uso de dispositivos eletrônicos em sala de aula.

Embora as tecnologias digitais representem importantes recursos para o ensino e ampliem as possibilidades de acesso à informação, sua utilização indiscriminada pode interferir nos processos de atenção, concentração e participação nas atividades pedagógicas. A presença constante desses dispositivos evidencia transformações mais amplas relacionadas às formas contemporâneas de comunicação, interação social e construção do conhecimento³.

A centralidade assumida pelos dispositivos digitais nas interações sociais contemporâneas evidencia novas formas de mediação da experiência humana, cujos impactos sobre os processos educativos demandam reflexão crítica. Nesse contexto, a alegoria da caverna de Platão (2016) oferece uma metáfora pertinente para pensar as formas pelas quais os sujeitos constroem suas percepções da realidade. Assim como os prisioneiros da caverna tomavam as sombras por realidade, as experiências mediadas exclusivamente por fluxos contínuos de imagens, informações e estímulos digitais podem limitar a capacidade de reflexão crítica sobre o mundo concreto. Evidentemente, não se trata de condenar as tecnologias digitais, mas de reconhecer que seu uso requer mediações pedagógicas capazes de favorecer a análise, a interpretação e a produção de conhecimento, evitando que o acesso à informação seja confundido com processos efetivos de aprendizagem.

As reflexões de Arroyo (2014) contribuem para compreender que a escola pública contemporânea passou a acolher sujeitos historicamente excluídos dos processos formais de escolarização. Segundo o autor, a democratização do acesso à educação trouxe para o interior da escola uma pluralidade de experiências sociais, culturais e econômicas, exigindo novas formas de compreender os processos educativos. Nessa perspectiva, os desafios enfrentados pela escola não podem ser atribuídos exclusivamente aos indivíduos, mas devem ser analisados à luz das desigualdades sociais, das transformações culturais e das condições concretas em que ocorre a escolarização.

Compreender a escola no plano real implica reconhecer que os processos educativos são atravessados por múltiplas determinações sociais, culturais e institucionais. Os desafios

³ Este artigo foi originalmente apresentado na modalidade de comunicação oral, em 2020, sob o título “*Educação & Escolarização: há uma sociologia oculta na educação ou uma escolarização oculta na formação?*”. À época, a restrição ao uso de telefones celulares e outros dispositivos eletrônicos nas escolas de educação básica, no estado de Minas Gerais, encontrava respaldo na Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplinava a utilização desses aparelhos em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas.

Posteriormente, a regulamentação sobre o uso de dispositivos eletrônicos no ambiente escolar foi ampliada em âmbito nacional por meio do Decreto nº 12.385, de 19 de fevereiro de 2025, que estabeleceu normas complementares relacionadas à utilização desses equipamentos nas instituições de ensino. Dessa forma, algumas das reflexões apresentadas neste trabalho, originalmente elaboradas em 2020, foram produzidas em um contexto normativo distinto daquele vigente no momento de sua publicação.

observados no cotidiano escolar revelam não apenas dificuldades relacionadas à aprendizagem, mas também tensões mais amplas presentes na sociedade contemporânea, as quais se manifestam no interior das instituições educativas e influenciam diretamente a realização de seus objetivos formativos.

Desafios Institucionais e Organizacionais da Escolarização

As observações realizadas ao longo da atuação profissional em escolas públicas estaduais indicam que o processo de escolarização é atravessado por múltiplos fatores que interferem no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Tais fatores envolvem não apenas aspectos relacionados ao comportamento e ao engajamento dos estudantes, mas também questões organizacionais e institucionais que afetam diretamente as condições de ensino e aprendizagem.

Entre as situações observadas, destacam-se as frequentes interrupções das aulas decorrentes da circulação de pessoas nos corredores e da entrada constante de membros da equipe escolar nas salas de aula para transmissão de recados, localização de estudantes ou acompanhamento de atividades. Embora muitas dessas intervenções decorram de necessidades administrativas legítimas, sua recorrência tende a fragmentar a atenção dos estudantes e a comprometer a continuidade das atividades pedagógicas, exigindo do professor esforços adicionais para retomar a concentração da turma.

Outro aspecto observado refere-se à dinâmica de ocupação dos espaços escolares e à organização dos horários. Em determinadas situações, atrasos na troca de professores entre as turmas ou dificuldades relacionadas à gestão dos tempos escolares reduzem o período efetivamente destinado às atividades de ensino. Como consequência, parte da carga horária é consumida pela reorganização da turma, pela retomada da disciplina e pela reconstrução das condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Também foram identificadas dificuldades relacionadas à utilização de recursos didáticos diferenciados. A realização de aulas em auditórios, laboratórios ou salas multimídia frequentemente depende de procedimentos prévios de agendamento e da disponibilidade de equipamentos em condições adequadas de funcionamento. Em algumas circunstâncias, problemas de infraestrutura, indisponibilidade de chaves, equipamentos desconfigurados ou falhas técnicas acabam limitando a implementação de propostas pedagógicas planejadas pelos

docentes. Tais situações podem gerar frustração profissional e dificultar a diversificação das estratégias de ensino.

Esses elementos evidenciam que a qualidade do processo educativo não depende exclusivamente da atuação dos professores ou do interesse dos estudantes, mas também das condições organizacionais oferecidas pela instituição escolar. A efetividade das práticas pedagógicas está diretamente relacionada à existência de estruturas administrativas capazes de garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educativas.

Nesse contexto, observa-se que a gestão escolar enfrenta o desafio permanente de articular diferentes setores e responsabilidades institucionais. Em determinadas situações, a fragmentação das atribuições administrativas e pedagógicas pode dificultar a coordenação das ações necessárias ao funcionamento da escola, produzindo descontinuidades que repercutem sobre o cotidiano das salas de aula. Mais do que identificar responsabilidades individuais, torna-se necessário refletir sobre os mecanismos institucionais que favorecem a cooperação, o planejamento coletivo e o acompanhamento sistemático das atividades escolares.

As situações descritas não representam a totalidade da realidade das escolas públicas brasileiras, mas ilustram desafios organizacionais recorrentes que podem interferir na efetivação dos objetivos educacionais e na construção de ambientes favoráveis à aprendizagem. Compreender tais desafios constitui um passo importante para o fortalecimento das práticas pedagógicas e para o aprimoramento das políticas de gestão escolar.

Escolarização, Trabalho e Expectativas Sociais

A consolidação da escolarização moderna esteve historicamente associada à expectativa de que a educação formal possibilitaria melhores condições de vida, acesso ao trabalho qualificado e ampliação das oportunidades de participação social. Ao longo dos séculos XIX e XX, a expansão dos sistemas educacionais foi acompanhada pela difusão da ideia de que a escola constituiria um importante instrumento de mobilidade social, permitindo aos indivíduos superar limitações impostas por sua origem econômica e social.

Nesse contexto, as contribuições de Max Weber (2004) permitem compreender que a valorização da escolarização esteve profundamente articulada às transformações econômicas decorrentes da modernidade capitalista. A crescente racionalização da vida social e dos processos produtivos passou a demandar trabalhadores capazes de dominar conhecimentos técnicos e

científicos cada vez mais complexos. A escola tornou-se, assim, uma instituição estratégica para a formação dos sujeitos requeridos pela nova organização do trabalho.

Entretanto, as promessas historicamente associadas à escolarização passaram a ser tensionadas pelas transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas. François Dubet (2008) argumenta que a expansão dos sistemas educacionais produziu a expectativa de que a democratização do acesso à escola promoveria igualdade de oportunidades e ascensão social. Contudo, a permanência das desigualdades econômicas, sociais e culturais demonstra que a ampliação das matrículas não foi acompanhada, necessariamente, pela democratização dos resultados escolares e das oportunidades de inserção profissional.

Essa tensão entre expectativas e realidade pode ser observada no cotidiano escolar. Muitos estudantes e suas famílias continuam atribuindo à escolarização a função de garantir melhores condições de vida e acesso ao mercado de trabalho. Entretanto, a crescente competitividade social, as transformações tecnológicas, a automação dos processos produtivos e a precarização de determinadas formas de trabalho tornam menos evidente a correspondência entre escolarização, emprego e mobilidade social.

As contribuições de Bourdieu (2004) permitem compreender que a escola não atua apenas como espaço de democratização do conhecimento, mas também como instituição que pode reproduzir desigualdades sociais por meio da valorização de determinados capitais culturais. Nessa perspectiva, estudantes oriundos de grupos sociais distintos chegam à escola com diferentes recursos simbólicos, o que influencia suas trajetórias educacionais e suas possibilidades de sucesso escolar.

Além da preparação para o trabalho, a educação escolar também desempenha um papel fundamental na formação humana. Hannah Arendt (2010) adverte que a modernidade produziu uma crescente valorização das atividades ligadas à produção e à eficiência, em detrimento de experiências relacionadas à reflexão, à participação política e à construção compartilhada do mundo comum. Sob essa perspectiva, a escola não pode ser compreendida apenas como espaço de qualificação profissional, mas também como instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural e pela formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente a realidade em que vivem.

Essa reflexão aproxima-se das contribuições de Bernard Charlot (2000), para quem a relação dos estudantes com o saber é construída socialmente e depende dos sentidos atribuídos à experiência escolar. A aprendizagem não decorre exclusivamente da transmissão de conteúdo,

mas da capacidade de os sujeitos reconhecerem valor e significado nos conhecimentos trabalhados pela escola. Assim, compreender os desafios contemporâneos da escolarização implica analisar não apenas o acesso à educação, mas também as formas pelas quais os estudantes atribuem sentido à sua trajetória escolar.

Por sua vez, Michel Foucault (2010) contribui para ampliar a compreensão do papel desempenhado pelas instituições educativas na sociedade moderna. Para o autor, a escola constitui um espaço de produção e circulação de saberes, mas também de organização das condutas e de constituição das subjetividades. Os processos educativos envolvem mecanismos de observação, classificação, avaliação e normalização que participam da formação dos indivíduos e da regulação da vida social.

Essa perspectiva não implica compreender a escola exclusivamente como instrumento de controle social. Ao contrário, evidencia a complexidade de uma instituição que reúne simultaneamente possibilidades de emancipação intelectual, acesso ao conhecimento e reprodução de determinadas formas de organização social. Nesse sentido, a escolarização contemporânea permanece marcada por tensões entre democratização e desigualdade, autonomia e regulação, formação humana e preparação para o trabalho.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre o papel da escola para além de indicadores quantitativos de desempenho, aprovação ou permanência escolar. A efetivação do direito à educação pressupõe a construção de condições que possibilitem aos estudantes não apenas frequentar a escola, mas também apropriar-se criticamente do conhecimento, desenvolver sua autonomia intelectual e participar de forma ativa da vida social. Tal desafio exige compreender a escolarização como um processo que articula formação humana, cidadania e inserção social, dimensões que permanecem centrais para o debate educacional contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre aspectos da escolarização pública brasileira a partir de observações realizadas em escolas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, articulando experiências profissionais e contribuições teóricas da Filosofia e da Sociologia da Educação. A análise desenvolvida buscou problematizar as relações entre educação, escolarização e profissionalização, examinando as tensões existentes entre os ideais historicamente atribuídos à escola e as condições concretas observadas em seu cotidiano.

As reflexões apresentadas permitiram identificar que a ampliação do acesso à educação básica, embora represente uma importante conquista social e democrática, não assegura, por si só, a efetivação dos objetivos formativos atribuídos à escolarização. Os desafios observados envolvem múltiplas dimensões que se inter-relacionam, incluindo aspectos vinculados ao engajamento discente, às transformações nos processos de socialização, ao uso das tecnologias digitais, às condições institucionais de funcionamento das escolas e às expectativas sociais construídas em torno da educação formal.

As observações realizadas evidenciam que a escola contemporânea se encontra atravessada por demandas cada vez mais complexas. Além da transmissão de conhecimentos, espera-se que a instituição escolar promova inclusão social, formação cidadã, desenvolvimento de competências profissionais, mediação de conflitos, construção de valores éticos e preparação para uma realidade social marcada por rápidas transformações tecnológicas e culturais. Tais expectativas ampliam significativamente as responsabilidades atribuídas à escola e revelam a necessidade de compreender os processos educativos em sua multidimensionalidade.

Os resultados também sugerem que a distância entre os princípios que orientam as políticas educacionais e as condições concretas de funcionamento das instituições escolares constitui um dos principais desafios da escolarização contemporânea. Questões relacionadas à organização institucional, à gestão dos espaços e tempos escolares, às desigualdades sociais e às distintas formas de relação dos estudantes com o conhecimento influenciam diretamente as possibilidades de realização dos objetivos educacionais previstos nos marcos normativos.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo apontam para a necessidade de fortalecimento de práticas pedagógicas e institucionais capazes de articular formação humana, desenvolvimento da autonomia intelectual e construção de sentidos para a aprendizagem. Mais do que assegurar o acesso à escola, torna-se fundamental criar condições que favoreçam a participação efetiva dos estudantes nos processos educativos e a apropriação crítica dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Do ponto de vista das implicações educacionais, o estudo reforça a importância de políticas públicas que considerem não apenas indicadores de acesso e permanência, mas também as condições concretas em que ocorre a escolarização. Da mesma forma, evidencia a relevância de estratégias institucionais voltadas ao fortalecimento da gestão escolar, da formação docente, da integração entre escola, família e comunidade e da construção de ambientes favoráveis à aprendizagem.

Cabe destacar que as reflexões aqui apresentadas possuem limitações decorrentes da natureza do próprio estudo. Por tratar-se de um ensaio teórico-reflexivo fundamentado em experiências profissionais e em pesquisa bibliográfica, os resultados não possuem caráter generalizável nem se apoiam em procedimentos sistemáticos de coleta e análise de dados empíricos. As interpretações desenvolvidas devem ser compreendidas como possibilidades analíticas destinadas a fomentar o debate acerca dos desafios contemporâneos da escolarização pública.

Nesse sentido, pesquisas futuras poderão aprofundar empiricamente as questões discutidas por meio de observações sistemáticas do cotidiano escolar, entrevistas com estudantes, professores e gestores, estudos comparativos entre diferentes redes de ensino e investigações sobre os impactos das transformações tecnológicas nas práticas educativas. Tais iniciativas poderão contribuir para ampliar a compreensão dos processos de escolarização na contemporaneidade e subsidiar a construção de políticas e práticas educacionais mais alinhadas às demandas da realidade escolar brasileira.

Por fim, considera-se que a escolarização permanece como uma instituição fundamental para a vida democrática e para a formação das novas gerações. Entretanto, compreender seus limites, contradições e potencialidades exige reconhecer que os desafios educacionais contemporâneos não podem ser atribuídos exclusivamente à escola, mas refletem transformações mais amplas da sociedade. Assim, pensar a educação implica também refletir sobre as condições sociais, culturais e políticas que tornam possível a realização de seus propósitos formativos.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2010, 11ª edição.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BACON, Francis. **Novum Organum**. Livro I. LXXI. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção os Pensadores).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília. MEC, 1996.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de Produção de Textos Acadêmicos e**

Científicos. São Paulo: Atlas, 2013.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria.* Porto Alegre: Artmed, 2000.

DUBET, François. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades.** São Paulo: Cortez, 2008.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas.** Ijuí: Unijuí, 2003.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3 – o cuidado de si.** Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Graal Ltda. 2009.

LEFRANC, Jean. **Compreender Schopenhauer.** Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica** - A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas: estratégias de estudo e leitura; como redigir monografias, teses, dissertações; normas para publicações científicas; normas técnicas para elaboração de referências bibliográficas; trabalhos de conclusão de curso (TCC). 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano.** Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo.** Tradução: Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala. 2008^a.

NIETZSCHE, Friedrich. **Schopenhauer educador.** Tradução: Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala. 2008b, 111 p.

NETO, Alfredo Veiga. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte. Autêntica. 2007.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019.

PLATÃO. **O Mito da Caverna.** Tradução e Notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro. 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

WEBER, Max. **História Geral da Economia.** São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.